

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.653 - SP (2019/0186784-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : L C DE A B P
ADVOGADO : MAURÍCIO CORNAGLIOTTI DE MORAES E OUTRO(S) - SP207426
AGRAVADO : E R D
ADVOGADA : SOLANGE AUXILIADORA LUZ F L REBELO SOARES E OUTRO(S) - SP077108

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE DIVÓRCIO. EXECUÇÃO DE ASTREINTES. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA. INVIABILIDADE DE REEXAME DAS PROVAS DOS AUTOS. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

L. C. DE A. B. P. ajuizou ação de divórcio contra E. R. D. e, no âmbito da audiência de instrução, as partes celebraram acordo para a decretação do divórcio e para a divisão de bens e responsabilidades.

O Juízo de primeira instância, com fundamento no descumprimento do acordo por parte de L. C. DE A. B. P., determinou a sua intimação para que adimplisse as obrigações assumidas na avença, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Inconformado, L. C. DE A. B. P. interpôs agravo de instrumento, desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em acórdão assim ementado:

FAMÍLIA. DIVÓRCIO. Ação de divórcio. Cumprimento de sentença. Acordo firmado pelas partes, do qual constou que o agravante assumiria dívida executada. Inadimplência. Decisão que concedeu prazo para a comprovação do pagamento da dívida em questão ou da substituição da penhora que recai sobre o imóvel atribuído à agravada na partilha, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00, limitada a 30 dias. Não cumprimento. Correta a incidência da multa a partir do encerramento daquele prazo, cujo valor não se mostra excessivo. Decisão mantida. Agravo desprovido. (e-STJ, fl. 807)

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos por E. R. D. foram rejeitados (e-STJ, fls. 832/835).

Por seu turno, os aclaratórios de L. C. DE A. B. P. também foram rejeitados (e-STJ, fls. 843/846).

Irresignado, L. C. DE A. B. P. interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando, em síntese, violação dos arts. 489, 536, 537 e 1.022 do NCPC porque (1) o Tribunal paulista não teria apreciado o pedido de redução proporcional da multa considerando o adimplemento das demais obrigações do acordo; (2) a obrigação tida por inadimplida não teria causado prejuízo à recorrida; e (3) a multa deveria ser proporcionalmente reduzida, levando em conta o cumprimento das demais obrigações do acordo (e-STJ, fls. 815/828).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 854/869).

O apelo nobre não foi admitido porque as razões recursais demandariam o revolvimento das provas dos autos (e-STJ, fls. 876/877).

Em seguida, L. C. DE A. B. P. interpôs agravo em recurso especial, sustentando o afastamento do óbice elencado na decisão que inadmitiu o apelo (e-STJ, fls. 880/890).

Houve contraminuta (e-STJ, fls. 893/904).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 914/918).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC

Nas razões do recurso especial, L. C. DE A. B. P. defendeu que o Tribunal paulista não teria apreciado o pedido de redução proporcional da multa considerando o adimplemento das demais obrigações do acordo.

Sem embargo, a este respeito o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo consignou expressamente que a multa foi fixada para o caso de descumprimento unicamente da obrigação relativa à “quitação da dívida do processo nº 1580/1996, à

Superior Tribunal de Justiça

composição amigável ou à substituição da penhora”.

Desta feita, em face do inadimplemento de tal obrigação pelo recorrente, o TJSP concluiu pela incidência da totalidade da multa, sob o fundamento de que o cumprimento das demais obrigações do acordo não tem o condão de caracterizar o cumprimento parcial desta (e-STJ, fl. 834).

Conforme se nota, o acórdão vergastado apreciou a tese suscitada por L. C. DE A. B. P. e, além disso, fundamentou a solução jurídica alcançada de forma lógica, clara e suficiente, de modo a afastar a caracterização dos vícios insculpidos nos arts. 489 e 1.022 do NCPC.

(2) Da redução do valor da multa

Nesse particular, L. C. DE A. B. P. sustentou que a multa deveria ser proporcionalmente reduzida, levando em conta o cumprimento das demais obrigações do acordo e o fato de que obrigação tida por inadimplida não teria causado prejuízo à recorrida.

Não obstante, diante da interpretação dos termos do acordo entabulado entre as partes e das peculiaridades do caso concreto, o Tribunal de Justiça paulista concluiu que não remanescem motivos para a redução do valor da multa, já que esta teria sido cominada unicamente para o caso de descumprimento da obrigação relativa à “quitação da dívida do Processo nº 1580/1996, à composição amigável ou à substituição da penhora”, de modo que o cumprimento das demais obrigações do acordo não tem o condão de caracterizar o cumprimento parcial desta.

Dessa maneira, rever a conclusão alcançada pela Corte Local nesse ponto e acolher a pretensão recursal demandaria nova incursão nas provas dos autos, o que se revela inviável na estreita via do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator